

EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA, UMA JANELA PARA A PLURALIDADE

Alaíde Raquel Nunes de Souza Holanda¹
Ângela de Souza Lins²
Tatiana Lima³

Desde o início do século XX, a história indígena tem sido objeto de estudos etno-históricos em várias regiões, como a América do Norte, Austrália e o Pacífico. A abordagem etno-histórica combina métodos da antropologia e da história para entender as culturas e sociedades indígenas ao longo do tempo.

A partir da década de 1990, o Brasil também testemunhou um aumento significativo no interesse pelos estudos sobre história indígena. Esse período foi marcado pela publicação de numerosos trabalhos acadêmicos dedicados ao tema e pelo crescimento na produção de dissertações e teses que abordavam questões relacionadas aos povos indígenas em diferentes programas de pós-graduação em todo o país.

Cavalcante (2011) nos traz que essa crescente atenção à história indígena reflete o reconhecimento da importância dessas comunidades e culturas na formação da identidade da história do Brasil. Assim, os estudos etno-históricos têm contribuído para uma maior compreensão das trajetórias e experiências dos povos indígenas, bem como para uma valorização e respeito pela diversidade cultural presente no país. Esse movimento acadêmico também influenciou políticas públicas e debates sobre questões indígenas no Brasil, buscando promover uma abordagem mais justa e inclusiva em relação aos povos originários.

Com o florescer destes movimentos inicia-se o movimento de negação da visão idealizada dos povos indígenas, que presa no passado tenta negar o papel social destas populações no mundo contemporâneo. Como discute Alves, a mudança nesta visão anedótica das populações nativas perpassa também pela mudança nos currículos, a disciplina de história neste contexto ocupa papel central.

Portanto, o presente resumo tem como objetivo apresentar as atividades vivenciadas durante o Programa de Residência Pedagógica na Universidade de Pernambuco intitulado Articulações Pedagógicas Inovadoras na Docência Inclusiva: caminhos para o processo

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Pernambuco, alaide.raquel@upe.br;

² Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Pernambuco, angela.souza@upe.br;

³ Professora adjunta do Curso de História da Universidade de Pernambuco e Coordenadora do Projeto de Residência Pedagógica, tatiana.lima@upe.br

formativo docente, subprojeto história Campus Petrolina, financiada pela CAPES, na escola Estadual de Referência em Ensino Fundamental Eduardo Coelho, situada na cidade de Petrolina-PE. Considerando a história dos povos indígenas e como sua luta ainda hoje é sinônimo de resistência diante de um cenário político opressor.

Tendo em vista a existência deste movimento notamos a criação da Lei nº 11.645, que assegurou a obrigatoriedade do estudo da história dos povos indígenas e afro-brasileiros como central na educação do século XXI. Ao passo que assegura o desenvolvimento destes temas em todo o seu currículo, relembra ao alunado a pluralidade de saberes e trajetórias que formaram a sociedade brasileira.

Em um cenário global de destruição da natureza o estudo de formas de vida mais interligadas com a natureza, como no caso dos povos nativos do Brasil -em especial os povos amazônicos- é meio de criar o novo indivíduo que este tempo solicita. Nesta discussão, entretanto, devemos pensar os meios pelos quais a lei inseriu estes conteúdos na educação básica.

É pensando nisto e na conscientização sobre estas problemáticas que podemos salientar a notoriedade da História Indígena na sala de aula. Levando em consideração o desenvolvimento das atividades em turmas de 6º ano do ensino fundamental, percebemos relevância do papel social ocupado pelo estudo das sociedades indígenas na educação básica. Neste cenário é necessário que seja também vista a questão dos educadores no entorno do percurso.

Ao aplicar uma nova forma de abordar sujeitos negados na história, que foram retratados enquanto indivíduos apassivados, de qual forma os educadores foram inseridos nesse processo? Tendo em vista o preparo dos recursos humanos da educação, é notável que não foi realizado um processo de ensino e atualização sistemático destes profissionais, para que esses conteúdos sejam redimensionados e operacionalizados pelos sujeitos do processo ensino-aprendizagem é necessário que haja formação prévia.

Durante a vivência deste conteúdo em sala de aula, foi percebido um descompasso de abordagens no que se refere os novos métodos de ensino e priorização de objetivos entre recém formados professores que já possuem uma vivência na docência. Considerando que podemos apresentar aos novas possibilidades aos alunos e à preceptora, assim buscamos durante nossa experiência exaltar e operacionalizar estes conhecimentos, tornando-os significativos.

Além disso, a produção dos livros didáticos é agora regulada pelo Estado, principalmente no contexto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em vigor desde

a década de 1990. Os livros didáticos submetidos a esse programa precisam atender a um edital publicado pelo Ministério da Educação (MEC), o que impõe requisitos técnicos, pedagógicos e legais para a sua elaboração. Os autores e editoras responsáveis pela produção dos materiais didáticos precisam acatar essas determinações para que suas obras sejam consideradas aptas para serem adotadas nas escolas.

Dessa maneira, percebemos que o livro didático também trabalha a partir de uma perspectiva tradicional. Durante o desenvolvimento das atividades notamos que a desconstrução da visão habitual sobre a história indígena deixa em segundo plano, já que aborda uma narrativa apenas descritiva do andamento da colonização.

Essa regulação e padronização dos livros didáticos têm o objetivo de garantir o controle das narrativas e a adequação desses materiais ao contexto educacional do país. No entanto, é importante considerar que essa padronização também pode impactar a diversidade de perspectivas históricas e culturais apresentadas nos livros, e, portanto, é necessário um cuidado especial para evitar que a abordagem dos povos indígenas seja reducionista ou estereotipada.

Assim, é fundamental que os livros didáticos ofereçam uma representação mais abrangente e precisa da história e cultura dos povos indígenas, reconhecendo sua agência histórica, suas lutas e conquistas, bem como suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. O PNLD e os responsáveis pela produção dos livros devem garantir que os materiais didáticos reflitam de maneira mais inclusiva a riqueza da história e da diversidade cultural indígena, permitindo que os estudantes tenham acesso a uma educação mais plural e respeitosa.

Levando em consideração que a Lei nº 11.645, está em vigor desde o dia 10 de março de 2008, devemos ter o cuidado e a sensibilidade de nos atermos à história indígena nas nossas abordagens, enquanto docentes. Tendo em vista que os alunos acabam reproduzindo em seus discursos o que se é aprendido em sala de aula. Compreendemos que uma simples atividade que foi desenvolvida com os alunos, pôde fixar uma visão não estereotipada a respeito dos povos originários.

Em última análise, os estudos etno-históricos e a inclusão da história indígena na educação tem o poder de enriquecer a compreensão dos estudantes sobre a diversidade cultural e a importância dos povos originários na formação da sociedade brasileira. Garantir uma representação autêntica e respeitosa dos materiais educativos é essencial para cultivar uma visão mais plural e consciente do passado e do presente do Brasil.

Desta forma, nota-se a vastidão e a notoriedade deste campo de pesquisa para uma organização social ainda tão baseada em seu passado histórico, pautado em relações verticalizadas, onde a existência e asseguramento da vida e cultura de povos nativos é visto como exagero. Criar e recriar novas formas de aprendizagem, novos currículos e prioridades educacionais é também buscar ir contra toda um sistema que desde a colonização é vivenciado e cristalizado.

Palavras-chave: Povos originários, Ensino de história, Educação básica.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão e reconhecimento a todas as instituições e pessoas que tornaram possível a realização deste artigo. Em especial, desejo agradecer à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro e suporte ao desenvolvimento desta pesquisa.

Somos imensamente gratas à Universidade de Pernambuco (UPE) por proporcionar um ambiente acadêmico estimulante e propício ao crescimento intelectual. O respaldo institucional fornecido pela UPE foi essencial para conduzir este estudo e ampliar meus horizontes na área de educação.

Também desejamos expressar nossa gratidão ao Programa de Residência Pedagógica pelo valioso suporte e oportunidade de vivenciar experiências práticas no campo educacional. Através dessa vivência, pudemos aprimorar nossas habilidades como futuras educadoras e compreender melhor a importância do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, v. 30, p. 349-371, 2011.

COELHO, Mauro Cezar; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da História do Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 25, p. 464-488, 2018.

DE CARVALHO ALVES, Adriana. Ensino de História e Cultura Indígena: trabalhando com conceitos, desconstruindo estereótipos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, p. 42-54, 2015.

TERRA, Antonia. Uma nova ótica sobre a história indígena no ensino de história. **São Paulo: Nova Escola**, p. 68-70, 2014.